

NENHUM DIREITO A MENOS

Reunião de hoje discute as condições sanitárias para o retorno



O retorno ao trabalho presencial deve atender às medidas sanitárias

No dia 20 acontecerá uma reunião junto à reitoria que dará prosseguimento na discussão sobre o retorno presencial dos trabalhadores e trabalhadoras da UNICAMP. Na última reunião (dia 13 de setembro) diversas questões sobre a adoção de medidas sanitárias seguras aos trabalhadores ficaram pendentes de discussão. O STU organizou uma plenária

para tratar das questões legais e técnicas do retorno. Durante o encontro, ficou evidente a existência de muitas dúvidas dos trabalhadores sobre as condições sanitárias adequadas prometidas pela universidade. Foram realizados os seguintes apontamentos; falta um plano que dê visibilidade às questões imediatas e futuras, para se criar um ambiente de retorno com ventilação e iluminação natural nos prédios, funcionamento dos restaurantes, fretados, etc.

O retorno aumenta a circulação de pessoas e quando ocorrer o retorno dos estudantes a movimentação será ainda maior. Por isso haverá reunião virtual (link: <https://meet.google.com/xoq-pxpe-jhv>) no dia 18 de outubro às 10h para tratarmos sobre essa pauta a fim de levarmos para reunião com a reitoria.

STU reitera urgência em discutir a pauta específica com a reitoria



Na última quarta-feira (13/10) o STU voltou a cobrar da reitoria a retomada das negociações da pauta específica. O STU quer priorizar a discussão sobre o auxílio alimentação e os demais benefícios que estão congelados, enquanto há uma inflação galopante. Também propõe a discussão sobre a pauta da área de saúde que trata das dificuldades nas condições de trabalho.

É preciso reafirmar que a Unicamp tem o menor comprometimento com folha em mais de 30 anos. Isso porque aproveitaram da pandemia para aprofundar ainda mais o arrocho sobre nossos salários e benefícios.

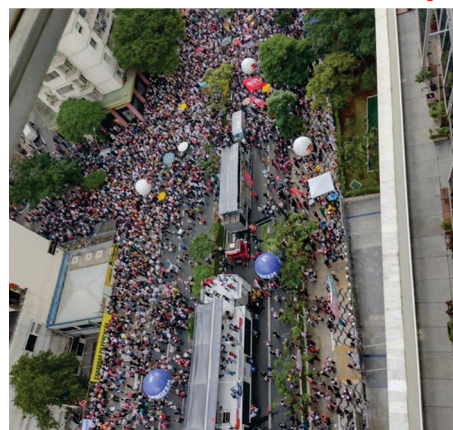
Os reitores continuam utilizando a Lei Complementar 173 como argumento, mas se recusam a discutir uma proposta, conforme vem sinalizando o Fórum das Seis.

Reitor da Unicamp se recusa a negociar pauta econômica

Na Unicamp, o reitor foi eleito tendo assumido como promessa de campanha dar prioridade aos recursos humanos, também se recusa a fazer negociação da recomposição dos benefícios.

É continuar a cobrança e cobrar o respeito aos trabalhadores.

PLC 26 servidores fazem importante mobilização no dia 13/10



Depois de pressionar e ter conseguido adiar a votação do PLC26 do governo Dória na Alesp no último dia 5/10, os servidores voltaram às ruas de São Paulo no dia 13 para novamente pressionar que os deputados não aprovelem esse projeto que destrói os serviços públicos e retira muitos direitos dos servidores.

A votação do Projeto de Lei Complementar 26/2021 foi adiada novamente na ALESP, agora para o dia 19/10 (próxima terça-feira) sinal claro de que o governo ainda não possui os votos necessários para aprovação e que a pressão sobre os deputados estaduais deve continuar.

Tendo em vista que o governo está com dificuldade para organizar sua base devido ao enorme desgaste que o apoio ao projeto está causando junto ao eleitorado dos parlamentares favoráveis ao projeto de Dória e por conta das perdas que o PLC 26 causará aos aposentados e pensionistas, é um sinal de que as mobilizações das entidades e dos servidores estão dando resultados.

DESTRUIÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Cabe lembrar que Dória na esteira do governo Bolsonaro, que também tenta aprovar uma Reforma Administrativa com a PEC 32, quer mostrar que é mais competente que Bolsonaro para destruir os serviços públicos e tirar direitos. Na proposta de Dória o Serviço Público passa a ser valorizado por bonificação por resultados, flexibiliza o abono permanência, acaba com faltas abonadas, reajuste anual, licença prêmio e ataca o direito de greve, propondo contratações temporárias para substituir trabalhadores em greve.

É preciso derrotar Dória e Bolsonaro para garantir que os serviços públicos continuem atendendo a população como um direito e os servidores sejam respeitados nos seus direitos trabalhistas.

NENHUM DIREITO A MENOS

STF decidirá sobre a constitucionalidade do aumento de contribuição previdenciária - (Tema 933)

Tema 933 versa sobre a constitucionalidade da majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social que, e após pronunciamento final pelo STF, determinará o desfecho das ações em trâmite.

O STU ajuizou-se ação civil pública (processo nº 1025263-68.2020.8.26.0114) para afastar os descontos de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, com alíquotas majoradas, no entanto os processos com esse teor foram paralisados para aguardar o julgamento da matéria (tema 933) no STF.

Precisamos garantir a conquista para que os descontos sejam cessados. Os prejudicados com a majoração das alíquotas das aposentadorias e pensões podem enviar e-mail aos Ministros, relatando as dificuldades que vem passando, e assim, intensificar a pressão para que seja declarada a inconstitucionalidade dos descontos o quanto antes.

Abaixo estão todos os e-mails dos Ministros:

MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI
E-mail: presidencia.stf@stf.jus.br
E-mail: mrlwandowski@stf.jus.br

MINISTRO DIAS TOFFOLI
E-mail: gabmtoffoli@stf.jus.br

MINISTRO LUIZ FUX
E-mail: gabineteluzifux@stf.jus.br

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO
E-mail: audienciamlr@stf.jus.br

MINISTRO EDSON FACHIN
E-mail: gabineteedsonfachin@stf.jus.br

MINISTRO GILMAR MENDES
E-mail: mgilmar@stf.jus.br
E-mail: audienciasgilmar@stf.jus.br

MINISTRA ROSA WEBER
E-mail: convites-minrosaweber@stf.jus.br
E-mail: audienciasrw@stf.jus.br

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
E-mail: audienciaCarmen@stf.jus.br

MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES
E-mail: gabmoraes@stf.jus.br

MINISTRO NUNES MARQUES
E-mail: gmnmm@stf.jus.br

STU averigua a questão do empréstimo consignado

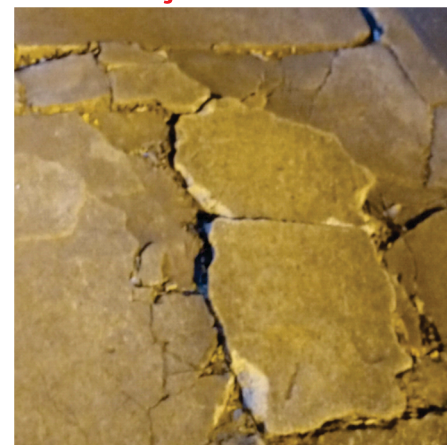
A questão do empréstimo consignado tem dado dor de cabeça aos funcionários e causado problemas, especialmente para os aposentados e pensionistas, há um bom tempo.

As financeiras BMG, Olé Consignado e Panamericano enviam cartas e fazem ligações telefônicas insistentemente para os servidores cobrando a dívida, inclusive para os que já terminaram de pagar.

Quem tem consignado e está sendo cobrado, orientamos solicitar um extrato detalhado do empréstimo consignado ao banco para ser averiguado se há irregularidade, em relação à cobrança da dívida.

Nossa assessoria jurídica está empenhada nesta questão e tomaremos as providências jurídicas contra o banco, se for constatado que há irregularidade e indícios de que a dívida está sendo cobrada em duplicidade. Qualquer dúvida sobre o assunto poderá ser sanada pelo e-mail: juridico@stu.org.br.

STU cobra o conserto da calçada do F-2 HC



A reclamação, sobre a calçada de cimento que liga a portaria F-2 a entrada do HC, é constante e o problema é recorrente há um bom tempo. Alguns trabalhadores já se acidentaram no local que é o caminho dos trabalhadores na entrada e saída da Unicamp e na sua ligação com o campus. A calçada vem se degradando ao longo do decorrer dos anos, e um “jogo de empurra” faz com que essa obra – essencial na segurança dos trabalhadores – não seja tratada como prioridade. O STU já reclamou e agora encaminha novamente, a mesma situação da portaria F-2. O documento foi dirigido ao superintendente do HC e também para o presidente da CIPA. A superintendência do HC retornou o ofício com dizendo que projeto está pronto e o edital para a licitação está em fase de elaboração. O STU está atento e irá cobrar a solução do problema que se arrasta por anos.

O STU é contra a políticas ultra liberais e negacionistas adotadas pelo Governo Bolsonaro



O STU, acatando a votação e deliberação em assembleia, apoia o #ForaBolsonaro, são diversas razões que foram apontadas. A política neoliberal adotada pelo Governo Bolsonaro, que vem ao longo da gestão Bolsonaro/Guedes, prejudicando os trabalhadores (ras) e suas famílias, essa forma de administração somada aos aumentos no custo de vida básico como: alimentação, combustíveis, gás de cozinha e contas de luz. Também a péssima condução frente à pandemia que acarretou mais de 600 mil mortos, no intuito de favorecer o empresariado, simplesmente expôs a população ao risco da contaminação usando a defesa do tratamento precoce, comprovadamente sem eficácia segundo

várias autoridades sanitárias. A corrupção que cobre o Planalto tendo como foco central o Ministério da Saúde. O Governo Bolsonaro realizou compras superfaturadas e esquemas corruptos na compra de itens para a pandemia (desde máscaras até as vacinas) não adquiriu vacinas suficientes para a população. Não protegeu a população mais vulnerável, chegou a negar equipes médicas e água potável aos povos indígenas e quilombolas. Cortou orçamento nas áreas de; ciência e pesquisa, educação e SUS. O desemprego em taxa recorde e as inúmeras reformas como a da Previdência, o ataque aos servidores públicos por meio da Reforma Administrativa entre outras mazelas são situações de repúdio a esse governo. Bolsonaro e política da sua gestão têm causado a destruição do meio ambiente e que juntamente com a falta de investimentos acarretam uma crise hídrica sem precedentes, trazendo além das alterações climáticas, a iminência de um apagão no país todo. Bolsonaro também toma atitudes antidemocráticas por incontáveis vezes, ao defender torturadores e ameaçar “golpear” as instituições e demais poderes afrontando a Constituição.